

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ-MS COMO POLO URBANO REGIONAL

Gabrielle Corrêa Zacarias
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
gabriellezcorrea@gmail.com

Jaiane Aparecida Pereira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
jaiane.pereira@ufms.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi compreender como ocorreu a constituição e o desenvolvimento do município de Naviraí como polo urbano regional sob o enfoque territorial. O referencial teórico abordou questões sobre desenvolvimento local e território. Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, por meio de dados secundários e por meio de entrevistas semiestruturadas com três moradoras da cidade que de alguma forma estão relacionadas a história do município. Como resultados observou-se que diversos aspectos convergiram para a constituição do município como polo urbano regional, iniciando com a colonização, fomentada pelo governo federal, associado a existência de recursos naturais que eram abundantes, e, consequentemente, por meio do aproveitamento das potencialidades locais, como a vocação agrícola. Ademais, discute-se a necessidade de criar condições de desenvolvimento a partir da conjugação de esforços locais com apoio externo, como as diversas universidades instaladas no município, que podem, por meio de esforços conjuntos, instruir os atores no sentido de promover o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Território; Desenvolvimento Local; Naviraí.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de regionalização do desenvolvimento tem sido tema de discussões por parte de pesquisadores, poder público e demais atores da comunidade (CABUGUEIRA, 2000). Isto porque as formas de desenvolvimento com efeito cascata, sendo pensado de cima para baixo e sem considerar as desigualdades e peculiaridades regionais não tem apresentado resultados homogêneos (FERRO, 2003). Neste contexto, a concepção de desenvolvimento local endógeno, que se trata de um processo interno e envolve os atores locais, vem ganhando destaque (AMARAL FILHO, 1996).

Para Ávila (2000) o desenvolvimento local consiste no desabrochamento de capacidades, competências e habilidades de agenciamento e gestão de uma comunidade, que tenha interesses comuns e esteja situada em determinado território, possuindo identidade social e histórica. Com base nessa perspectiva, enfatiza-se a necessidade da participação comunitária e da valorização das potencialidades territoriais para pensar o desenvolvimento local e regional.

Ao adicionar a importância da comunidade e do território para o desenvolvimento local, volta-se a uma perspectiva territorial do desenvolvimento. De acordo com Moraes e Schneider (2010) nessa perspectiva territorial de desenvolvimento, o local, ao lado do global, passa a ser um espaço no qual as potencialidades e os recursos são aproveitados, dentro de uma estratégia local dos atores sociais e em consonância com oportunidades externas. Vale ressaltar que, apesar da conotação econômica contida na noção de desenvolvimento, para efetivamente pensar o desenvolvimento local e regional, é necessário envolver também os aspectos humanos e sociais, que são indissociáveis (PEREIRA et al., 2017).

Dentro dessa visão, discute-se que para entender a configuração de determinado território, faz-se mister conhecer seus atores e sua história, para posteriormente tratar do desenvolvimento local. Saquet (2015) afirma que um território é produzido no espaço e no tempo, por meio do exercício de poder de determinados grupos sociais ou indivíduos. O autor argumenta a necessidade de considerar o movimento e a relação recíproca entre as dimensões sociais do território para compreender sua formação. Essas dimensões envolvem os aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza, sendo denominada análise E-P-C-N (SAQUET, 2009; 2015).

Alguns estudos vêm sendo desenvolvidos no sentido de entender a formação de territórios (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005; EDUARDO; SAQUET, 2010; FARIAS, 2013;

PEREIRA; CHAGAS; BANKUTI, 2016; SANTOS; PEREIRA; PAULA, 2016; PEREIRA; PEREIRA, 2017). De forma geral, esses estudos discutem a importância da ligação entre os atores e o território, envolvendo identidade, relações sociais, redes e processos constantes de territorialização e desterritorialização. Por conseguinte, acredita-se que compreender questões dessa natureza, envolvendo os atores e os processos territoriais, podem ser a base para pensar o desenvolvimento local, tendo em vista a forte conexão entre comunidade, potencialidades territoriais e desenvolvimento endógeno.

Para tentar evidenciar essa situação, optou-se por estudar o município de Naviraí no estado de Mato Grosso do Sul, no qual faltam estudos sobre sua história (GONÇALVES, 2015). Naviraí possui 55 anos, sendo promulgada como município no ano de 1963 (MESSIAS, 2013; IBGE Cidades, 2018). O município vem se despontando com um crescimento populacional acentuado e com Produto Interno Bruto (PIB) maior do que os outros municípios que compõem a Microrregião de Iguatemi, classificação do IBGE que compreende 16 municípios (PEREIRA et al., 2017; IBGE Cidades, 2018).

Sendo assim, este trabalho justifica-se devido à importância do município para a região e da relevância em conhecer a configuração do território de Naviraí com vistas ao desenvolvimento local. Além disso, segue-se a sugestão de Pereira et al. (2017) sobre a necessidade de compreender como se deu o desenvolvimento de Naviraí como município polo, visando reunir dados que auxiliem na proposição de um projeto de desenvolvimento local e regional neste território.

Para tanto, o objetivo geral do presente trabalho foi compreender como ocorreu a constituição e o desenvolvimento do município de Naviraí como polo urbano regional sob o enfoque territorial. De forma específica, buscou-se identificar as ações e os atores relevantes para a constituição do município de Naviraí; descrever historicamente como ocorreu a constituição do município e sua condição de polo urbano regional; e examinar os aspectos territoriais e sua contribuição ao desenvolvimento local e regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para atingir o objetivo proposto, o referencial teórico discutiu primeiramente o desenvolvimento local e, depois, questões sobre o território.

2.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento foi entendido por muito tempo como atrelado ao processo de industrialização e ao avanço tecnológico, sendo sinônimo apenas de crescimento econômico. Contudo, Sachs (2004) reitera que o crescimento não é sinônimo de desenvolvimento, pois para o desenvolvimento ser completo é necessário ampliar o emprego, reduzir a pobreza e atenuar as desigualdades, o que não ocorre apenas com o crescimento econômico.

Atualmente, o desenvolvimento passou a incorporar outros aspectos, como os sociais, as condições de saúde, de educação, habitação, entre outros (PINTO, 2014). Araújo et al. (2017) consideram o desenvolvimento como um processo que pressupõe transformações tanto nas relações econômicas, quanto nas relações sociais de comunidades. Por esse motivo, a peculiaridade do desenvolvimento local reside no aproveitamento das potencialidades locais físicas, naturais, estruturais e políticas, despertando uma nova dinâmica econômica e social (FERRO, 2003). O local refere-se a escala das inter-relações pessoais da vida cotidiana que constroem sua identidade sobre uma base territorial (MARTINS, 2002).

Diante dessa nova dinâmica, pondera-se que o desenvolvimento deve ser visto por meio de uma perspectiva integrativa, envolvendo todos os atores locais e regionais, com grande ênfase na participação da comunidade em função de suas potencialidades territoriais (PEREIRA et al., 2017). O desenvolvimento local, por sua vez, pode se configurar como uma alternativa para que as comunidades locais se tornem gestoras do seu próprio desenvolvimento, baseando-se no social, no econômico e no material, formado pelos recursos naturais e tecnológicos (ARAÚJO et al., 2017).

Existe um entendimento generalizado que para o desenvolvimento local é necessário que a estratégia seja própria do território, para que possa alcançar uma dinâmica econômica, social e ambiental sustentável (MARTINS, 2002). Do mesmo modo, Ávila (2006) discute que não é lógico pensar em planos e estratégias para o desenvolvimento local que sejam arquitetados de modo uniforme para sociedades em âmbito nacional. O autor salienta que é preciso respeitar as riquezas potenciais da localidade. Isto porque os indivíduos influenciam diretamente nos rumos, meios e métodos de cada local (ÁVILA, 2006).

Diante disso, reitera-se que o desenvolvimento local está atrelado a comunidade local, na qual os indivíduos podem pensar formas de desabrochar as propriedades comuns (ÁVILA, 2006). Neste caso, segundo Pinto (2014) o Estado não deve ser o único responsável pelas

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



políticas de desenvolvimento, pois a comunidade deve ser coparticipante dessa construção. “O desenvolvimento não se dá apenas através das políticas públicas e de programas implementados pelo governo, mas a partir do envolvimento de todos os segmentos sociais, permitindo um diálogo entre as escalas local, regional e nacional” (PINTO, 2014, p. 171).

Deve-se conferir então um caráter mais humano ao desenvolvimento local, no qual haja a participação ativa das pessoas da comunidade, para que elas não sejam apenas beneficiárias do desenvolvimento, mas sim protagonistas (MARTINS, 2002; ARAÚJO et al., 2017), conferindo participação e responsabilidade aos envolvidos (FERRO, 2003). Portanto, apesar da existência de diversos determinantes que contribuem para o desenvolvimento local, a participação da comunidade é o principal deles, pois ao se envolver e gerenciar seus recursos, as pessoas podem se emancipar, garantir acesso aos recursos e à cidadania (PINTO, 2014). O desenvolvimento da comunidade precisa ser pautado na participação social como elemento central, pois trata-se de um processo de cooperação social, já que a população tem interesses e necessidades comuns pelo fato de ocupar o mesmo espaço (PINTO, 2014).

Embora a participação dos atores locais seja condição fundamental, Cabugueira (2000) reitera que são necessárias estruturas de apoio para efetivamente promover o desenvolvimento local, seja de instituições públicas ou privadas. O autor defende que as iniciativas individuais ou de grupos locais, necessitam da entrada de profissionais do desenvolvimento, que são pessoas capazes de apoiar as iniciativas nas questões técnicas e no plano das relações de comunicação interpessoal e interinstitucional. Logo, “a conjugação de esforços locais, com os apoios exteriores (públicos ou privados) e a participação dos agentes de desenvolvimento são condições essenciais do desenvolvimento endógeno” (CABUGUEIRA, 2000, p. 135).

Além desses fatores, Pinto (2014) argumenta que o capital social, que envolve o nível de confiança entre os indivíduos, de participação, os valores e as normas impactam no desenvolvimento, porém está condicionado por aspectos políticos, sociais e culturais. A singularidade cultural e territorial proeminente auxilia na manifestação do desenvolvimento por meio de caminhos próprios e produtos específicos e exclusivos de seu território (MARTINS, 2002).

Diante dessas questões, a partir da lógica do desenvolvimento local aqui defendida, que envolve os aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais, percebe-se uma articulação com a abordagem territorial proposta por Saquet (2009; 2015) baseada na análise E-P-C-N. O próximo tópico apresenta discussões sobre o território, bem como propõe essa articulação.

2.2 TERRITÓRIO

O território é um conceito bastante complexo com diferentes perspectivas. São vários os autores que discutem esse conceito, um dos mais citados é Henri Lefebvre. Saquet (2015) argumenta que para Lefebvre o território é um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder. Por esse motivo, o território é objetivado por relações sociais, de poder e de dominação que implicam numa territorialidade (SAQUET, 2015).

Para compreender o território, faz-se mister diferenciar o território do espaço. Para Raffestin (1993) o território se forma a partir do espaço, pois o espaço é anterior ao território. A partir dessa compreensão, Raffestin cita a construção de malhas, nós e redes, as quais são delimitadas por campos de ação e poder, constituindo-se numa materialidade (SAQUET, 2015).

Devido à intensa discussão sobre o conceito de território, Vale, Saquet e Santos (2005) fazem um resgate do conceito e das diferentes abordagens que estão sendo produzidas nas Ciências Sociais. Em primeiro lugar, os autores citam que na geografia moderna, o território foi enunciado por Ratzel, que destacava a preocupação com a constituição do Estado.

Outro teórico, Robert Sack, enxergava o território como um “produto da organização social e a territorialidade corresponde às ações de influência e controle em uma área do espaço, tanto de indivíduos como de suas atividades e relações, o que pode ocorrer em diferentes níveis escalares” (SAQUET, 2015, p. 83). Para Sack (1986) apud Saquet (2015) a territorialidade está relacionada à como as pessoas usam a terra, como se organizam no espaço e também dão significados ao lugar.

De outra forma, porém baseando-se na argumentação de Raffestin, Giuseppe Dematteis compreende o território como campo de domínio e de controle, sendo fundado nas formas de socialização em uma dada formação territorial, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca (SAQUET, 2015). Dematteis (2005) estuda como os territórios, em escalas distintas, participam dos processos de desenvolvimento e transformação da sociedade, da cultura e do ambiente. A territorialidade, por sua vez, “é um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos articulados entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” (DEMATTEIS, 2005, p. 23).

A partir dessa visão, Saquet (2005) discute que o espaço está contido no território e é condição para a reprodução territorial. O espaço, pode então ser visto como resultado de relações históricas e escalares, nas quais há uma conjugação entre aspectos da economia, da

política, da cultura e da natureza exterior ao homem (SAQUET, 2005).

Esses aspectos são abordados diferentemente pelos teóricos, que contemplam as relações entre as dimensões, ora privilegiando aspectos políticos e econômicos, ora econômicos e culturais, ou ainda, aspectos culturais e políticos (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005). Entretanto, Saquet (2009) defende que é fundamental reconhecer e apreender esses processos de forma concomitante, para a compreensão da formação do território, a territorialização. Por esse motivo, o autor propõe a análise E-P-C-N que engloba todas as dimensões: econômicas, políticas, culturais e naturais (SAQUET, 2009; 2015). Assinala-se que essas dimensões variam para cada lugar e momento ou período histórico (VALE; SAQUET; SANTOS, 2005).

A análise E-P-C-N foi utilizada para compreender as ações e os atores que configuraram o município de Marialva-PR como um território produtor de uva fina (PEREIRA; CHAGAS; BÁNKUTI, 2016). Ao examinar cada uma das dimensões, por meio do histórico do município, os autores revelaram que todos os aspectos foram bastante relevantes na sua configuração, estando todos eles relacionados. Neste estudo, Pereira, Chagas e Bánkuti (2016) frisam que o desenvolvimento local precisa estar vinculado ao território. E, por isso, deve ser alvo de discussão por parte dos agentes públicos e da sociedade civil, pois o envolvimento de todos propicia um maior desenvolvimento territorial.

Pereira e Pereira (2017) também utilizaram a análise E-P-C-N para compreender a formação do polo moveleiro do município de Arapongas-PR e a constituição do Arranjo Produtivo Local (APL) de móveis. Como resultados, os autores puderam identificar que o polo moveleiro não foi constituído de forma tão deliberada quando se havia pensado, sendo que os fatores políticos e econômicos foram mais importantes para a sua formação. Além disso, o APL foi criado como uma consequência do polo, para melhorar a competitividade das micro e pequenas empresas do setor, sendo o papel do governo municipal importante no sentido de buscar estratégias para a formação do território e para o desenvolvimento local (PEREIRA; PEREIRA, 2017).

Diante dessas discussões, percebe-se a importância de considerar o território para pensar o desenvolvimento local. Sendo assim, propõe-se a articulação dessas abordagens para entender historicamente a constituição do município de Naviraí como polo urbano regional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho constituiu-se como uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo descritiva. A pesquisa qualitativa é aquela em que o pesquisador busca interpretar a realidade com base em teorias existentes, considerando a relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre ele e seu objeto de estudo (MICHEL, 2009). A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002).

Foi realizada uma pesquisa com recorte transversal de perspectiva longitudinal (RICHARDSON, 2008), pois a coleta de dados buscou analisar dados históricos que foram importantes para a constituição do território de Naviraí. Para tanto, a coleta de dados ocorreu em duas fases. A primeira delas, a partir de dados secundários, incluindo um levantamento de arquivos diversos, que continham a história do município, como documentos, relatórios, leis, entre outros.

Também foram utilizados trechos de entrevistas realizadas com pioneiros e publicadas em Messias (2013), livro que foi lançado como parte das comemorações dos 50 anos do município. Os entrevistados foram: (1) João Martins Cardoso, primeiro prefeito; (2) Ítalo Cândido de Marco, filho de pioneiro; (3) Sakae Kamitani, que chegou em Naviraí em 1961 para plantar hortelã e algodão; (4) Ronald Almeida Cançado, médico pioneiro e prefeito; e (5) Antonio Pires de Souza, médico pioneiro. Esses entrevistados foram aqui denominados de D1 a D5, respectivamente.

A segunda fase da pesquisa ocorreu por meio da coleta de dados primários. Tal coleta foi operacionalizada pela realização de entrevistas semiestruturadas com três moradoras da cidade que de alguma forma estão relacionadas a história do município. Na entrevista semiestruturada, as perguntas são normalmente especificadas, mas o entrevistador está mais livre para ir além das respostas, caso necessário (MAY, 2004).

O roteiro de entrevista foi dividido em duas partes: a primeira buscou investigar sobre a entrevistada e seu histórico desde a chegada no município; a segunda analisou a visão da entrevistada sobre os aspectos econômicos, políticos, culturais e da natureza de Naviraí, culminando na sua opinião sobre o futuro da cidade e sua condição de polo urbano regional.

As entrevistas foram realizadas no mês de julho de 2018 e tiveram duração média de 30 minutos. O quadro 1 apresenta um resumo dos dados sobre as entrevistadas.

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Quadro 1: Resumo dos dados sobre os entrevistados

Entrevistado	Chegada em Naviraí	De onde veio	Local de nascimento	Relação com a história de Naviraí
E1	1953	Pacaembu – SP	Correntes – PE	Filha de pioneiro
E2	1967	Santa Cruz de Monte Castelo – PR	Lins – SP	Esposa de pioneiro
E3	2008	Dourados – MS	Ronda Alta – RS	Conhecimento da história devido à profissão

Fonte: autores com base nos dados da pesquisa

Observa-se que a primeira entrevistada chegou na cidade em 1953, um ano após a chegada dos primeiros moradores. A segunda entrevistada foi esposa de um dos pioneiros e chegou na cidade após 15 anos do início, em 1967. A terceira entrevistada chegou mais recentemente, em 2008. Acredita-se que a visão das três entrevistadas, que chegaram em épocas diferentes, foi importante para compreender o desenvolvimento do município.

Por fim, todos os dados, primários e secundários, foram analisados com base na análise qualitativa de conteúdo. Para Triviños (2011), esse tipo de análise possibilita o estudo das comunicações entre os agentes, enfatizando o conteúdo das mensagens. Minayo (1994) afirma que a análise de conteúdo permite a verificação das questões de pesquisa e a descoberta dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado. As categorias analisadas emergiram da literatura estudada, a saber: economia, política, cultura, natureza e desenvolvimento.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi dividida em duas partes. Inicialmente, apresenta-se um panorama histórico sobre a constituição do município, incluindo aspectos econômicos, sociais, culturais e da natureza. Depois, discorre-se sobre a visão dos pioneiros sobre o desenvolvimento de Naviraí e sua condição de polo urbano regional.

4.1 PANORAMA HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ

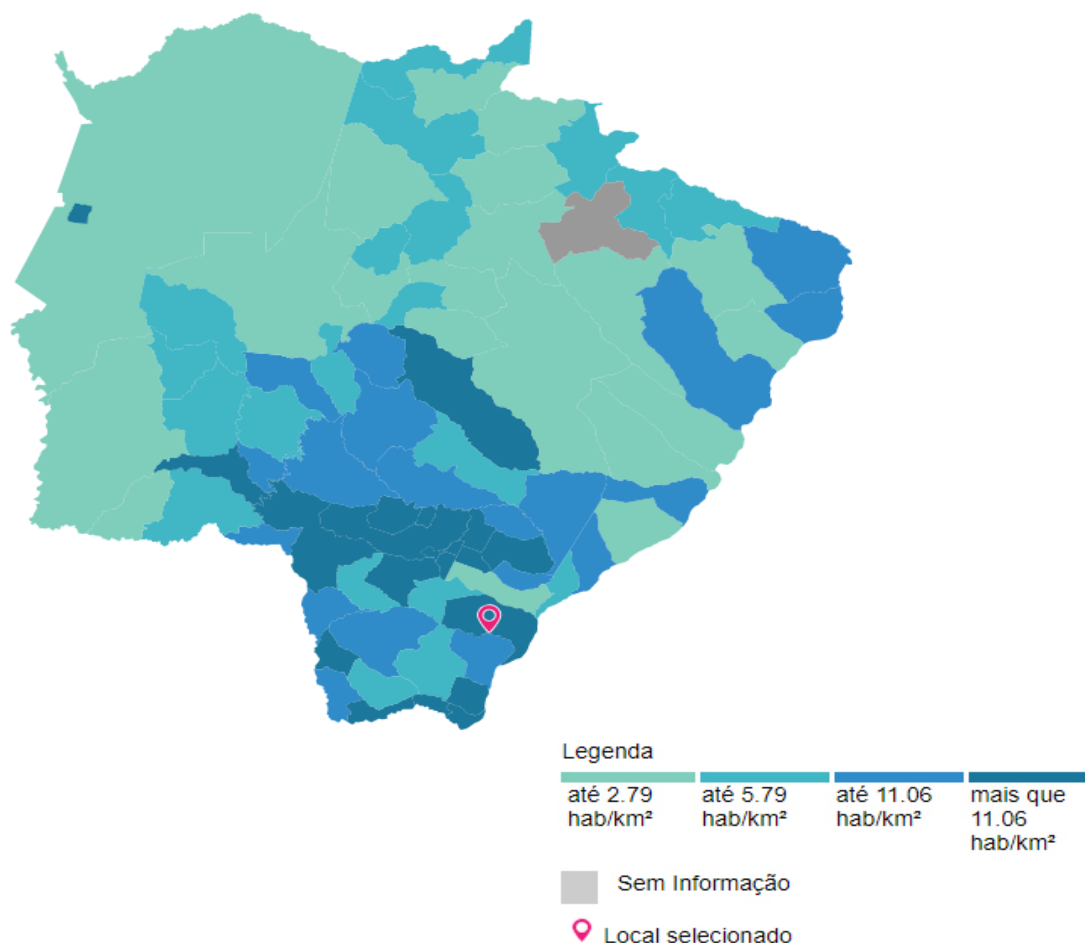
O município de Naviraí está localizado ao sul do estado de Mato Grosso do Sul, na microrregião de Iguatemi. Sua área é de 3.193,552 Km², que equivale a 14,47% da microrregião

e 1,09% do total do estado. A posição geográfica do município está limitada ao norte, pelo município de Jateí; ao sul, pelos municípios de Itaquiraí e Iguatemi; a leste, pelo estado do Paraná; e a oeste, pelo município de Juti (PREFEITURA..., 2018; IBGE Cidades, 2018). O município pertence a bacia hidrográfica do Rio Paraná e os principais rios são: Curupaí, Laranjaí, Amambaí e Paraná (MESSIAS, 2013).

Ao analisar os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se o aumento acentuado da população do município. A evolução da população residente foi de: 23.117 pessoas em 1970; 36.662 pessoas no ano 2000; 46.424 pessoas em 2010; e estimativa de 53.188 em 2017 (IBGE SIDRA, 2018).

A densidade demográfica foi de 14,54 habitantes por m² no ano de 2010 (IBGE SIDRA, 2018). A figura 1 mostra a localização do município de Naviraí no estado do Mato Grosso do Sul, bem como a densidade de demográfica em todo o estado.

Figura 1: Localização de Naviraí e densidade demográfica em relação ao estado



Fonte: IBGE Cidades (2018).

Observa-se que a densidade demográfica está no nível mais alto, o que mostra uma concentração de pessoas. Como o município é relativamente novo, essa concentração revela um potencial como polo urbano regional.

Para entender como ocorreu a constituição do território é necessário analisar sua história. A colonização da região de Naviraí começa a partir do ano de 1952¹, a partir da compra de duas glebas, Naviraí e Bonito, pela colonizadora Vera Cruz Mato Grosso Limitada (GONÇALVES, 2015). Nesta época, a região era habitada pelos índios Guarani e o acesso ao povoado era alcançado apenas por via fluvial, pelo rio Amambai (MESSIAS, 2013; GARCIA, 2016).

O grupo de empreendedores, notadamente Ariosto da Riva, vindos do município de Vera Cruz, no estado de São Paulo, juntam as duas glebas que deram origem a cidade de Naviraí (GONÇALVES, 2015). Seu cunhado, Antonio Augusto dos Santos, nascido em Minas Gerais, que inicialmente veio como trabalhador braçal (MESSIAS, 2013), foi quem buscou naquele estado um engenheiro para realizar o projeto urbanístico da cidade. Naviraí foi construída de forma planejada, em forma de teia, como mostrado na figura 2.

Figura 2: Vista Aérea da Teia de Naviraí



Fonte: Hasper e Pereira (2013, p. 132).

¹ Ressalta-se que a chegada da colonizadora foi motivada por uma política nacional, que vinha sendo desenvolvida desde a década de 1930 pelo Governo Federal, por meio do projeto conhecido como Marcha para Oeste. Para conhecer todo o contexto histórico da região, veja Gonçalves (2015).

A forma de teia foi inspirada nos modelos urbanos de Belo Horizonte em Minas Gerais, que por sua vez, foi inspirada em Paris e Washington (GARCIA, 2016). No memorial descritivo da formação da cidade foi citado que o modelo seguia os “moldes modernos do urbanismo da época” (GONÇALVES, 2015, p. 49).

Oficialmente, a origem do nome Naviraí tem duas versões: (1) nome de um pequeno rio que os primeiros colonizadores encontram ao chegar, Naviraí, de origem Guarani, significava “pequeno rio impregnado de arbustos roxos” ou “rio impregnado de pequenas árvores arroxeadas”; e (2) relacionado a Natividade, do castelhano, que significa nascimento (HASPER; PEREIRA, 2013; GARCIA, 2016; PREFEITURA..., 2018). Contudo, a entrevistada (E2), revela que, segundo Antonio Augusto dos Santos, figura importante no desenvolvimento da cidade², o “Navi” era de novidade, nascimento e o “Inrai” era o nome de uma flor de cor roxa, o que culminou em Naviraí. De toda forma, Gonçalves (2015) discute que, embora tenha base indígena, não se pode afirmar com precisão o significado do nome, pois a versão oficial não tem fundamento etimológico e científico.

Os primeiros colonizadores começaram a explorar a madeira. Na vegetação original destacava-se o cerrado e a mata tropical, com árvores como a peroba, o cedro, angico-vermelho e cana fistula (PREFEITURA..., 2018). Em 1953 começam a ser instaladas as primeiras serrarias. O município chegou a ter 79 serrarias (GONÇALVES, 2015). Observa-se que, inicialmente, os recursos naturais, foram importantes para a colonização do território e para o desenvolvimento da economia do município, relacionando o aspecto natureza e economia, apresentados por Saquet (2015).

Segundo Garcia (2016) a exploração da madeira ajudou a desenvolver o comércio local, porém, com o fim da extração houve muito desemprego, o que parece ter contribuído para uma migração do trabalho para a atividade agrícola que já vinha sendo exercida. Em 1954, com a chegada de novas famílias, notadamente de origem japonesa, iniciou-se o cultivo de café, algodão e erva mate (GARCIA, 2016). Os migrantes começam a chegar de várias regiões do Brasil, especialmente dos estados vizinhos, São Paulo e Paraná (GARCIA, 2016). Segundo Gonçalves (2015) a colonizadora contratava vendedores para divulgação da venda de lotes, sobretudo dos estados do Mato Grosso, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

² Antonio Augusto dos Santos, conhecido popularmente como “Virote”, embora tenha chegado em 1952 como trabalhador braçal, era homem de confiança de Ariosto da Riva, trabalhou cerca de 20 anos como funcionário da colonizadora, depois em 1972 se tornou sócio e diretor da empresa. Também desempenhou várias funções no município como subdelegado de polícia, vereador e prefeito (GONÇALVES, 2015).

Vale destacar que, um dos vendedores de lotes da colonizadora Vera Cruz, foi Moriyoshi Fukuda, primeiro migrante de origem japonesa a se mudar para Naviraí, tornando-se um intermediário para que outras famílias dessa origem também mudassem para o local (GONÇALVES, 2015).

Em 1955, foi concluído o primeiro acesso rodoviário que ligava Naviraí ao município de Dourados, mesmo que de forma precária (MESSIAS, 2013; GARCIA, 2016). Em 1958, Naviraí é elevada ao posto de distrito, e, em 11 de novembro de 1963, por meio da Lei Estadual nº 1944, foi promulgada a categoria de município, sendo desmembrada do município de Caarapó. Em 1977, com a separação dos estados, passa a fazer parte do atual estado do Mato Grosso do Sul (MESSIAS, 2013).

Para se tornar município, E2 reitera que foi importante o papel do então deputado estadual Weimar Gonçalves Torres, responsável pela documentação e tramitação para que Naviraí fosse politicamente independente. A articulação política dos dirigentes da colonizadora, principalmente Ariosto da Riva, contribuiu para esse evento e para o desenvolvimento do município (GONÇALVES, 2015). A partir da municipalização, a atuação dos primeiros prefeitos, que foram pioneiros, também foi relevante para o seu desenvolvimento (E1; E2). Os primeiros prefeitos foram: João Martins Cardoso (1965 a 1967); Antonio Augusto dos Anjos (1967 a 1970); João Martins Cardoso (1970 a 1973); Antonio Augusto dos Anjos (1973 a 1977); Ronald de Almeida Cançado (1977 a 1983) (PREFEITURA..., 2018).

Entre os anos de 1960 a 1970, conforme Garcia (2016), o município de Naviraí tornou-se um atrativo para produtores e comerciantes que viam oportunidades de negócios, baseando-se na grande quantidade de matérias-primas para venda. Para a autora, à medida que as madeiras e serralherias foram perdendo espaço, foram ganhando foco as indústrias e o comércio. O município começa então a ganhar projeção a nível estadual e a criar sua identidade (MESSIAS, 2013). Em 1972, a cidade ocupava o oitavo lugar em arrecadação do imposto ICM de todo o estado (GONÇALVES, 2015).

Em seus anos de desenvolvimento, em termos gerais, o município passou por três fases econômicas: (1) extração da madeira e produção agrícola (principalmente plantio de café); (2) grande ciclo da madeira e a modernização da agricultura (ciclo do algodão) e criação de gado; e (3) desenvolvimento da agroindústria e prestação de serviços (GARCIA, 2016). Embora esses ciclos tenham envolvido processos de territorialização e desterritorialização (SAQUET, 2009),

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



no caso estudado, observa-se que a vocação agrícola continuou com grande representatividade no desenvolvimento das atividades no município.

A agroindústria impulsionou o crescimento da cidade e da região, em especial a fundação da Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense (COPASUL) em 1978 e da Cooperativa dos Produtores de Cana de Açúcar de Naviraí (COOPERNAVI) em 1980 (PREFEITURA..., 2018). A COPASUL foi fundada por 27 cotonicultores, em sua maioria das famílias Kamitani e Suekane, liderados por Sakae Kamitani e Júlio Suekane (D3; COPASUL, 2018). Além disso, a implantação de frigoríficos na década de 1980, também trouxe oportunidades de trabalho e fomentou a economia em Naviraí (E2).

Pode-se perceber que os aspectos culturais auxiliaram no desenvolvimento do município, principalmente a influência da cultura japonesa no cultivo da terra e na constituição da cooperativa. Além disso, a cultura do cooperativismo também tem sido importante para o crescimento da cidade.

A partir de então, o município vem se desenvolvendo, apesar de enfrentar alguns períodos de crise. Em 2006, a usina COOPERNAVI foi vendida para um grupo de americanos (OLIVEIRA, 2006). Depois, foi diminuindo o volume de trabalho até parar completamente, o que prejudicou a economia do município (E3). Atualmente, a usina está em vias de voltar a funcionar (E2). Quanto à indústria frigorífica, no presente momento, uma planta frigorífica de abate de bovinos e de couros está em posse do grupo JBS e opera normalmente.

Diante dessa trajetória, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) do estado de Mato Grosso do Sul, menciona que Naviraí tem força agropecuária e vem experimentando um rápido crescimento da indústria e agroindústria, com destaque para os setores de alimento (beneficiamento de carne, grãos, mandioca e leite), sucroalcooleiro, metalurgia, cerâmica e têxtil (SEMADE, 2015). Em 2015, o PIB per capita do município foi de R\$ 26.256,56 (IBGE Cidades, 2018).

Por conseguinte, Naviraí é vista como um polo econômico e de liderança urbana da Região do Cone-Sul, que abrange 7 municípios no total, a saber: Naviraí, Juti, Itaquiraí, Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo e Japorã (SEMADE, 2015). Ao analisar toda a Região do Cone-Sul, a SEMADE (2015) apresenta que a formação econômica é fundamentada na produção agropecuária, com destaque para a produção de grãos, como milho, soja e cana-de-açúcar, nos municípios de Naviraí e Itaquiraí. Além disso, a pecuária bovina de corte tem destaque, com maior expressão nos municípios de Iguatemi, Naviraí e Itaquiraí.

Sendo assim, pode-se discutir que todos os aspectos apontados por Saquet (2015), contribuíram para que Naviraí se constituísse como um polo urbano regional. Os aspectos da natureza, no papel dos recursos naturais que atraíram as pessoas para o local; os aspectos políticos, ao considerar os atores que influenciaram na criação e desenvolvimento do município, notadamente os dirigentes da colonizadora e os pioneiros que foram prefeitos; os aspectos culturais, como os migrantes de diversas partes, sobretudo os japoneses que influenciaram o cultivo na região e a difusão da cultura do cooperativismo; e os aspectos econômicos, com os ciclos de exploração da madeira, do algodão e da agroindústria.

4.2 VISÃO DOS PIONEIROS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE NAVIRAÍ

Em virtude da descrição da visão dos pioneiros, apresenta-se primeiramente os dados sobre as entrevistadas. Depois, discorre-se sobre a opinião das entrevistadas e dos pioneiros, cujas entrevistas constam em Messias (2013), sobre o desenvolvimento de Naviraí, incluindo as dificuldades enfrentadas e sua opinião sobre o futuro.

A primeira entrevistada (E1), mudou-se para Naviraí em 1953 aos 12 anos. Nasceu em Correntes no estado de Pernambuco, foi para Pacaembu no estado de São Paulo, onde seu pai tinha um açougue, e depois foi de barco para Naviraí. Segundo a entrevistada (E1), a família foi para Naviraí por causa do sogro da irmã, que foi o primeiro corretor da cidade e convidou toda a família.

Quando se trata das atividades desenvolvidas no município, a entrevistada (E1) cita que trabalhou primeiramente na roça. Entre os anos de 1958 e 1961, foi professora. Depois, inaugurou a primeira agência dos Correios da cidade. Por motivos pessoais, foi morar em São Paulo por volta de 1972. Nessa época, foi vendedora de madeira que era extraída de Naviraí. Após 21 anos, retorna à Naviraí para ficar próxima da família.

Com relação à família da entrevistada (E1), vale ressaltar que eles foram importantes personagens na história do município. Seu cunhado, João Martins Cardoso, foi o primeiro prefeito de Naviraí, empossado em 1965. Sua irmã, ex-primeira-dama foi homenageada como nome de uma escola do município. Seu pai, por ser um dos primeiros a chegar na cidade, também foi homenageado com o nome de uma rua.

A segunda entrevistada (E2), mudou-se para Naviraí em 1973, aos 20 anos, oriunda de Santa Cruz do Monte Castelo, no estado do Paraná. Nasceu em Lins, estado de São Paulo. Seu

pai era descendente de alemães e nasceu em São José do Rio Preto-SP. Sua mãe era do estado de Minas Gerais.

A entrevistada foi para Naviraí se encontrar com o pai, que era gerente de serraria na época. Segundo ela, devido à uma chuva constante de mais de 20 dias, ficou presa na cidade e foi convidada a ser professora, pois já exercia essa profissão no Paraná. Aliado a isso, E2 reitera que faltavam oportunidades de trabalho na sua cidade, e em Naviraí, pelo contrário, haviam muitas oportunidades e faltavam profissionais, o que motivou sua permanência no local. Quando chegou na cidade, tinha uma amiga que estudou com ela no Paraná e que morava em Naviraí, ficando hospedada inicialmente na casa dela.

Desde então, a entrevistada (E2) nunca se mudou e desenvolveu várias atividades no município. Conforme ela, atuou como professora até 1986, depois foi trabalhar na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), desempenhando várias funções, como diretora, coordenadora, secretária, tesoureira. A partir desse trabalho, atuou em várias outras instituições como clube de mães e lar do menor, o que contribuiu para que se tornasse vereadora, cargo que ocupa atualmente.

A terceira entrevistada (E3), mudou-se para Naviraí em 2008, para assumir um concurso público como bibliotecária. Morava no município de Dourados-MS, que fica a 140 Km. Nasceu em Ronda Alta, no estado do Rio Grande do Sul e juntamente com seus pais, que eram agricultores, vieram para Dourados na década de 1970 para abrir lavoura em busca da melhoria financeira.

Sobre a mudança à Naviraí, o filho de pioneiro (D2), conta que seu pai foi em 1952 comprar um sítio para a família. O entrevistado (D2) foi em seguida, em 1954, com os demais membros da família para plantar café. No momento da sua chegada, estava sendo extinta a extração da erva-mate nativa que, de acordo com ele, era exportada por meio dos rios até chegar a Mar del Plata na Argentina. Depois disso, o café foi predominante até 1963, quando a madeira se torna a maior fonte de renda (D2).

Pode-se notar que os recursos naturais atraíram os primeiros moradores e a agricultura foi importante para o início do município. Com relação à agricultura, E1 revela que o café era abundante na região, porém as geadas frequentes desestimularam o plantio (E2). Aliado às geadas, outro problema enfrentado na época foi o escoamento da produção, como exemplificado por E2, “porque aqui como geava muito, o pessoal foi desanimando, mas deu

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



muito café aqui em Naviraí, tanto café que eles até queimaram porque não tinha estrada para levar para fora, não tinha como vender”.

Observa-se que a maior dificuldade enfrentada pelos pioneiros inicialmente foi o acesso, que era feito apenas de barco ou de avião (E1; E2). Como cita E2,

“Havia a dificuldade de locomoção daqui para fora, era só avião, quem tinha condições para pagar um avião, de vez enquanto pousava um, se pegava uma carona e pagava uma carona cara. Ou então, você tinha que apelar para ônibus mesmo. Para quem tinha carro próprio, saía sem saber que horas chegaria, então era bastante difícil na época”

O difícil acesso também ocasionava a falta de mercadorias, de mão de obra e de médicos, como relata E1. A chegada dos primeiros médicos em 1968, segundo D1, auxiliou na melhoria da qualidade de vida na cidade. Os médicos chegaram em Naviraí, recém-formados com expectativa de atender aos mais necessitados, como reitera (D4). Todavia, também enfrentaram muitas dificuldades, como a ausência de profissionais de enfermagem e a falta de estrutura, inclusive energia elétrica (D4; D5).

Para D1, a dificuldade nos seus mandatos como prefeito, foi a falta de recursos financeiros para que a prefeitura pudesse atuar, o que culminava na necessidade de obtenção de ajuda por parte dos fazendeiros instalados no local, principalmente, Ariosto da Riva e Morioshi Fukuda. De modo semelhante, E1 reitera sobre as dificuldades enfrentadas pelos prefeitos: “não tinha quase nada de imposto, [...] ia fazer com o que? Não tinha quase nada, mesmo assim, [o primeiro prefeito] colocou placa nas ruas, comprou uma ambulância, já melhorou né. Uma patrula para fazer estrada, abriu rua que aqui não tinha”.

Com relação à atuação dos prefeitos, a entrevistada E1, que conheceu todos eles, destaca a gestão do prefeito Euclides Antonio Fabris, que assumiu em 1997. Segundo ela, a cidade mudou bastante durante essa gestão, conforme suas palavras “o que eu percebi de prefeito que [...] assim que deu um sacode em Naviraí foi o seu Euclides que [...] deixou Naviraí com aspecto de cidade” (E1).

Quando se trata do comércio, E1 lembra que, no começo, havia apenas um comércio que vendia tudo, de farmácia a alimentos. Depois, aos poucos foi melhorando e abrindo outros tipos de comércio, como pensão e bares (E1). Para E2, quando da sua chegada, em 1967, havia o básico para sobrevivência, como citado “o comércio aqui era muito fraquinho, porque como era muito difícil de ir para fora, tinha o básico para sobrevivência”. Em 2008, na chegada de E3, o comércio estava em pleno funcionamento, pois a produção de álcool e açúcar era

predominante na cidade, fomentando a economia como um todo, como mencionado: “o comércio era melhor por causa da usina que estava funcionando a todo vapor, [...] depois deu uma queda da usina, aí diminuiu, muito comércio fechou”.

Considerando o desenvolvimento do município, observa-se que as oportunidades de trabalho, inicialmente com as serrarias e a agricultura, e, posteriormente, na agroindústria, foram responsáveis pelo crescimento de Naviraí e contribuíram para sua condição de polo urbano regional. Esse fato é visto por E2 como uma das causas do crescimento da cidade, sobretudo na agroindústria, como relatado: “É o emprego né. Quando surgiu o frigorífico, aí teve bastante emprego e na redondeza pessoas falavam para família que Naviraí tinha empresa, que estava precisando disso e aquilo. Depois do frigorífico, aí veio a usina e continuou”.

Aliado a isso, a localização do município e o acesso pelas rodovias também contribuiu para o desenvolvimento da cidade, como reitera E3: “porque ela é o corredor né de acesso, tanto para o Sul como para o Norte”. Além disso, E3 acredita que, mais recentemente, a instalação das universidades, federal, estadual e privadas, auxiliaram no desenvolvimento da cidade e da região.

De modo geral, pode-se observar que o desenvolvimento do município foi pautado no aproveitamento das potencialidades locais, como defendem diversos autores (AMARAL FILHO, 1996; ÁVILA, 2000; FERRO, 2003). Apesar disso, como a formação desse território ainda é recente, 66 anos desde a chegada dos pioneiros e houve a apropriação do território por migrantes de várias regiões, discute-se ainda não existe uma forte identidade social totalmente constituída, nos termos de Ávila (2000) e Martins (2002), mas ainda em formação.

Com relação ao futuro, as entrevistadas (E1, E2 e E3) presumem que há possibilidade de um maior crescimento, dependendo da vontade política dos governos a nível local, estadual e federal. Neste sentido, insistem na necessidade de implantação de novas indústrias para gerar empregos e, conseqüentemente, fomentar a economia, como frisa E2: “é só ter emprego, tendo emprego a cidade cresce, a cidade expande, todo mundo tem dinheiro, o comércio vai bem, o comércio melhora”.

Sendo assim, discute-se a necessidade de criar condições de desenvolvimento a partir da conjugação de esforços locais com apoio externo, como salienta Cabugueira (2000). Para isso, destaca-se o papel das diversas universidades do município, que podem, por meio de esforços conjuntos, instruir os atores no sentido de promover o desenvolvimento local.

5 CONCLUSÕES

Retomando o objetivo inicial, de compreender como ocorreu a constituição e o desenvolvimento do município de Naviraí como polo urbano regional sob o enfoque territorial, observa-se que diversos aspectos convergiram para isso, iniciando com a colonização, fomentada pelo governo federal, associado a existência de recursos naturais que eram abundantes, e, conseqüentemente, por meio do aproveitamento das potencialidades locais, como a vocação agrícola.

Com relação a análise E-P-C-N, pode-se notar que todos os aspectos foram relevantes para constituição do território. Quanto aos aspectos econômicos, enfatiza-se os ciclos econômicos, desde a madeira, o algodão e a agroindústria. Os aspectos políticos, por sua vez, podem ser vislumbrados por meio da atuação do governo federal que incentivou a colonização e do governo municipal no desenvolvimento do município. No contexto político, salienta-se ainda a importância da articulação política externa que os colonizadores mantinham, de modo especial na pessoa de Ariosto da Riva; e a articulação política interna, nos papéis desempenhados por Antonio Augusto dos Anjos.

Os aspectos culturais podem ser notados a partir da influência dos pioneiros e dos migrantes que vieram das várias regiões, especialmente São Paulo e Paraná, e da influência da cultura japonesa e do cooperativismo. Neste ponto, acentua-se, embora em menor grau, que a existência dos povos indígenas antes da colonização e a proximidade com as fronteiras do Paraguai também influenciaram nos costumes e tradições da região. Por fim, os aspectos da natureza podem ser vislumbrados como os mais relevantes para a constituição do município, devido aos aspectos naturais que foram explorados desde a chegada dos pioneiros.

Dentro desse contexto, discute-se que os aspectos territoriais podem ser analisados visando contribuir com o desenvolvimento local endógeno. Para isso, destaca-se que os atores locais precisam trabalhar de forma conjunta com agentes externos para melhorar as questões sociais, além do aspecto econômico, como apresentam Cabugueira (2000), Sachs (2004) e Pinto (2014). Neste contexto, as diversas universidades instaladas no município são apontadas como possíveis parceiras na busca pelo desenvolvimento local sustentável.

Além das questões expostas, vale ressaltar a importância da construção de uma identidade territorial dos atores locais. No caso estudado, observa-se que existem influências de migrantes de diversas regiões e a identidade dos atores ainda está em formação. Portanto,

sugere-se para futuras pesquisas, a investigação das identidades culturais do município.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, J. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 14, dez. 1996.

ARAÚJO, W. A.; TEMOTEO, J. A. G.; ANDRADE, M. O.; TREVIZAN, S. D. P. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, v. 18, n. 4, p. 5-18, 2017.

ÁVILA, V. F. Pressupostos para Formação Educacional em Desenvolvimento Local. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

ÁVILA, V. F. Realimentando discussão sobre teoria de Desenvolvimento Local (DL). **Interações**, v. 8, n. 13, p. 133-140, 2006.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local: análise de alguns aspectos de política econômica regional. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 9, p. 103-136, 2000.

COPASUL. Cooperativa Agrícola Sul Matogrossense. **A cooperativa**. Disponível em: <<http://www.copasul.coop.br/institucional/a-cooperativa/1>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

DEMATTEIS, G. Geografia democrática, território e desenvolvimento local. **Formação**, v. 2, n. 12, 2005.

EDUARDO, M. F.; SAQUET, M. A. A abordagem territorial como perspectiva teórico-conceitual: insights sobre a agroecologia no sudoeste paranaense. In: XVI Encontro Nacional do Geógrafos, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ENG, 2010.

FARIAS, C. S. A influência da produção de mandioca na composição da identidade territorial do Vale do Juruá-AC. **Revista Geonorte**, v. 7, n. 1, edição especial, p. 604-622, 2013.

FERRO, R. F. F. C. **Potencialidades de desenvolvimento local da comunidade de São Gabriel do Oeste em Termos de Ocupação**. Dissertação (Mestrado), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, Brasil, 2003.

GARCIA, D. C. **Um lugar chamado Naviraí**. Dourados, MS: Seriema, 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, D. L. **A colonizadora Vera Cruz Mato Grosso e a formação de Naviraí**. 134 f. 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados-MS: UFGD, 2015.

HASPER, N.; PEREIRA, C. M. S. (Orgs.). **Projeto Jubileu de Ouro de Naviraí**: as

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



tecnologias e a rede social Facebook ajudam a comunidade escolar a resgatar a história do município. Naviraí, MS: NTE – Núcleo de Tecnologia Educacional, 2013.

IBGE Cidades. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/navirai/panorama>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

IBGE SIDRA. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**. Censo Demográfico. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Interações**, v. 3, n. 5, p. 51-59, 2002.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MESSIAS, M. L. (Org.). **Naviraí 50 anos construindo sonhos**. Naviraí-MS: Gráfica PSAF, 2013.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 3 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

MORAES, J. L. A.; SCHNEIDER, S. Perspectiva territorial e abordagem dos sistemas produtivos localizados rurais: novas referências para o estudo do desenvolvimento rural. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.6, n.2, 2010.

OLIVEIRA, E. Mato Grosso do Sul: venda da usina Coopernavi é concluída. **Página Rural**. 05 out. 2006. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/49797/mato-grosso-do-sul-venda-da-usina-coopernavi-e-concluida>>. Acesso em: 08 ago. 2018.

PEREIRA, J. A.; CHAGAS, P. B.; BÁNKUTI, S. M. S. Perspectivas do Território no Sistema Agroalimentar Local: o caso da uva no município de Marialva-PR. In: EnANPAD – ENCONTRO DA ANPAD, 40., 2016, Costa do Sauípe. **Anais...** Costa do Sauípe, BA: ANPAD, 2016.

PEREIRA, J. A.; RESCH, S.; DOCKHORN, M. S. M.; RODRIGUES, W. O. P.; SILVA, M. A. C. Desenvolvimento Local e Regional: características da Microrregião de Iguatemi do estado de Mato Grosso do Sul. In: II Simpósio do Programa de Pós-graduação em Administração – SimPPA, 2., 2017, Maringá. **Anais...** Maringá-PR: SIMPPA, 2017.

PEREIRA, V. J.; PEREIRA, J. A. Território, Polo Industrial e Arranjo Produtivo Local: estudo no Polo Moveleiro do Município de Arapongas-PR. In: II Simpósio do Programa de Pós-graduação em Administração – SimPPA, 2., 2017, Maringá. **Anais...** Maringá-PR: SIMPPA, 2017.

PINTO, A. C. B. Desenvolvimento local: a comunidade como coparticipante. **Revista**

II Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

20 a 23 de novembro de 2018 - Naviraí - MS



Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 3, n. 1, p. 165-175, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVIRAÍ. Disponível em:

<<https://www.navirai.ms.gov.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANTOS, L. M.; PEREIRA, A. M.; PAULA, A. M. N. R. Comunidades remanescentes de quilombos: reflexão sobre territorialidades. In: V Congresso em Desenvolvimento Social, 5., 2016, Montes Claros. **Anais...** Montes Claros-MG: DS, 2016.

SAQUET, M.A. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. **Anais...** São Paulo, 2005.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SEMADE. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico. **Estudo da Dimensão Territorial do Estado de Mato Grosso do Sul: Regiões de Planejamento**. 2015. Disponível em: <http://www.semade.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2015/03/estudo_dimensao_territorial_2015.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Atlas: São Paulo, 2010.

VALE, A. L. F.; SAQUET, M. A.; SANTOS, R. O território: diferentes abordagens e conceito chave para a compreensão da migração. **Faz Ciência–Sociedade, Espaço e Economia**, v. 7, n. 1, 2005.